

boletim

da comissão pastoral da terra

(ligada à linha 3 da CNBB)

" O HOMEM BRANCO, AQUELE QUE SE DIZ CIVILIZADO
PISOU DURO NÃO SÓ NA TERRA, MAS NA ALMA DO MEU POVO,
E OS RIOS CRESCERAM... E O MAR SE TORNOU MAIS SALGADO
PORQUE AS LÁGRIMAS DE MINHA GENTE FORAM MUITAS...

SÓ SEI QUE ESTAMOS ANIMADOS DE UMA GRANDE ESPERANÇA
E ESTAMOS RESOLVIDOS MUDAR
OS CAMINHOS DA NOSSA HISTÓRIA.

DE ONDE NOS VEM ESSA ESPERANÇA?

OS CIVILIZADOS SE TORNARAM MAIS HUMANOS?

NÃO, INFELIZMENTE, NÃO!

NÓS É QUE QUEREMOS SER TRATADOS COMO SERES HUMANOS
E NÃO COMO COISA...

O POVO BRASILEIRO NÃO DISSE UM DIA:

" INDEPENDÊNCIA OU MORTE ?"

VAMOS TAMBÉM NÓS DIZER ISSO,

NÃO APENAS COM PALAVRA MAS COM NOSSA ATITUDE.

QUANDO ÍNDIO QUER, ELE SABE SER INDEPENDENTE.

NÓS PREFERIMOS MORRER LIVRE

E NÃO VIVER COMO ESCRAVO "

(da mensagem de TXIBAE EWORORO - Lourenço Rondon - Bororo)

LEIA NESTE NÚMERO:

EDITORIAL: *TERRA: uma necessidade ou uma ambição?*

DOCUMENTOS: I - *Posição da CPT diante do acontecido em Meruri*

II - *REFORMA AGRÁRIA: Camponeses X latifúndio*

III - *Carta Pastoral de Dom José de Castro*

IV - *" TERRA À VISTA" Dom João Motta*

NOTÍCIAS E COMENTÁRIOS:

Acontecimentos em Doverlândia, GO

Luta pela terra na PA-70, em Paragominas, PA

Problemas de posseiros no Rio Grande do Sul

MA: Mais uma promessa ou decisão do Governador?

Problemas dos posseiros de Afonsos, MT

Para onde irão os posseiros do Acre?

" LAVRADOR QUER TRABALHAR.

ELE PRECISA E QUER TERRA ".

A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. é um organismo ligado, oficiosamente, à CNBB, a sua Linha Missionária. Tem como objetivo central "interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham em função dos homens sem terra e dos trabalhadores rurais..." (Conclusão 01 do Encontro de Goiânia sobre Terra e Migrações na Amazônia Legal, junho de 1975).

BOLETIM DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Responsabilidade: Secretariado da Comissão
Pastoral da Terra.
Caixa Postal, 174
74.000 - GOIÂNIA - GO

Se fizer ASSINATURAS, envie a contribuição por Vale Postal, pagável em Goiânia, em nome de Maria Joana Ferreira de Araújo.

CAPA: " A família de retirantes " de C. Portinari.

TERRA: uma necessidade ou uma ambição?

Quem acompanhou as notícias de jornais, revistas, rádio e televisão em junho e julho, deve ter notado que se falou muito dos problemas de terra. Falou-se do simpósio "O homem e o campo", realizado em Brasília. Foi feito o VII Congresso de trabalhadores rurais do Rio Grande do Sul. A morte de um fazendeiro norte americano e seus dois filhos, junto com alguns posseiros, no Pará, tem dado muito que falar. A morte de um padre e um índio, junto com um dos atacantes, em Meruri, Mato Grosso, foi outro fato que deu muito pano pra manga. E, além desses fatos maiores, quase todo dia tem saído notícia de problemas de posseiros, de bóias-frias e até de posseiros de cidade, isso mesmo, dos chamados invasores dos bairros das cidades.

Em todas estas notícias, seja nos encontros de debate, seja nos acontecidos em todas as regiões do Brasil, um ponto é comum: a TERRA; o jeito de ter terra, de trabalhá-la melhor ou de conseguir mais lucro com menos esforço... Uns, é claro, estiveram sempre preocupados com o maior lucro, com as exportações, só falando da vida do povo na hora de encontrar a maneira mais conveniente de pagar pouco pelo trabalho. Outros, têm falado, estudado, gritado, brigado pra não entregar os pontos e continuar no direito de viver e trabalhar a terra. Esses, graças a Deus, foram os próprios trabalhadores rurais, minifundistas ou sem terra ou posseiros, e seus Sindicatos, Federações e a sua Confederação. Não faltou, em muitos lugares, o apoio de outras pessoas, mesmo pessoas da Igreja Católica.

Em todo esse quadro, uma figura nos parece ser muito estranha: o Ministro da Agricultura, Alysson Paulinelli. No encontro de Brasília ele falou que no Brasil há terra bastante para cada trabalhador rural ter 100 hectares, e o Governo poderia distribuir essa terra logo. Só não faz isso, disse ele, porque pouco adianta distribuir terra, que isso não é o mais importante da reforma agrária. Depois chega a falar que bom mesmo é o fato de estar aumentando o preço das terras no Centro Sul: assim os pequenos proprietários de lá vendem sua pequena propriedade e compram uma propriedade maior na Amazônia. Ele diz que isto é "um dos maiores milagres de reforma agrária do mundo" (ESP. 24.6.76).

Quase todas as outras notícias falam o contrário do Ministro. Todos estão convencidos de que uma simples divisão de terras não é ainda uma reforma agrária. Mas acreditam que, no Brasil, não será feita uma verdadeira Reforma Agrária sem primeiro dividir melhor as terras. Não é possível mudar nada no Brasil se

mais de 80% das terras continuarem nas mãos de menos de 20% dos proprietários. Menos ainda se as terras da União continuarem sendo vendidas a grandes empresas nacionais e internacionais.

Estamos com o Ministro quando diz que é preciso fazer "*uma reforma agrária integral*". Parte dela, e importante, é o que ele chama de "*condições de produção, remuneração justa e adequada para que o produtor possa se sustentar e participar do desenvolvimento nacional*" (ESP. 24.6.76). Mas não aceitamos a afirmação de que não adianta "*dar terra*", pois ela, em si, "*não representa nada*". O simples fato de possuir um pequeno pedaço de terra, já é bem melhor do que não ter nada. Para notar isto basta abrir os olhos e querer ver. Mas é claro que se o trabalhador rural possuir uma propriedade familiar, e, ao mesmo tempo, lhe forem oferecidas condições de produzir mais e de vender bem sua produção, a situação de sua vida melhora muito, e ele cria mais riqueza para todos.

Se não for assim, se não se dá o mínimo crédito ao pequeno produtor, como entender as boas intenções manifestadas pelo presidente do INCRA, ao dizer que agora sim serão resolvidos os problemas de terra da Amazônia, firmando na terra os que lá vivem e trabalham? Se o presidente do INCRA pensar como o Ministro da Agricultura, e nada até agora tem provado o contrário, somos obrigados a pensar que mais uma vez suas palavras não passam de um mel falso para iludir os que reclamaram a falta de providências legais nos lugares em que está havendo tensões e mortes. Na hora em que acontecem mortes aparecem promessas de modificar legislação e de solucionar rapidamente todos os problemas. Mas, quanto tempo faz que se promete e pouco, muito pouco, quase nada é feito para resolver os problemas dos camponeses?

Nenhum desses casos de morte teria acontecido se as autoridades competentes tivessem atendido os justos reclames feitos pelos camponeses ou pelos índios. Mas como não foram ouvidos, o tempo foi passando, a realidade foi azedando e terminou em conflito violento. E isto vai ficando sempre mais grave, pois tanto os grandes proprietários, ou grileiros, quanto os posseiros e índios estão convencidos de que as autoridades estão inclinadas a favorecer os que tem mais capital, os mais ricos. Os fatos é que levam a esta conclusão. Só fatos novos poderão provar o contrário. Apoiar os camponeses significa atender seu direito à terra: ele precisa dela, vive nela, enquanto o rico só quer terra por ambição.

Nós preferimos apoiar a palavra dos trabalhadores rurais do Rio Grande do Sul quando pedem ao governo a aplicação das leis agrárias, principalmente as da Reforma Agrária e as de apoio aos pequenos produtores. Eles afirmam que o governo gastaria menos fazendo uma Reforma Agrária do que está gastando, e gastará cada vez mais, com os problemas criados pelo êxodo rural e a marginalização do homem do campo nas periferias das cidades. (ESP 16.07.76)

Para que isto aconteça, para colaborar com esta causa dos trabalhadores rurais, e de todos os verdadeiros brasileiros, nós, no trabalho pastoral, queremos que a luz do Evangelho ajude aos camponeses a descobrir a verdade, não se deixando enganar por bonitas palavras e nem pela poeira das falsas soluções, pois nós cremos "*que só a verdade nos libertará*" (Ev. de João, 8).



Documentos

POSIÇÃO DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA DIANTE DO ACONTECIDO EM MERURI

Já foi amplamente divulgado o fato da invasão da aldeia Bororo, na missão de Meruri, Mato Grosso, feita por fazendeiros, jagunços e alguns posseiros, de que resultou a morte do Pe. Rudolf Lukenbein e do índio Simão Cristino, além do filho de um dos invasores e do ferimento de mais quatro índios.

O CIMI, em documento publicado no último dia 25, manifestou a posição da Igreja missionária diante do ocorrido. Depois de fazer uma leitura mais profunda, indicando os responsáveis pelo crime, apresentou amplo apelo a todos os brasileiros no sentido de se unirem para transformar o que está estruturalmente errado em nossa sociedade, único caminho para evitar que se repitam casos semelhantes.

Ouvimos o apelo e aqui estamos, de público, para manifestar nosso total apoio às denúncias feitas, principalmente às que se referem à fraquíssima atuação do INCRA em todos os casos de luta pela terra. É esse o único modo de sermos solidários com os índios e com os missionários: assumir a mesma causa, correndo os mesmos riscos.

Em primeiro lugar, queremos convocar a todos que realizam trabalhos pastorais junto a lavradores, em todo o Brasil, para que façamos um exame da qualidade dos nossos trabalhos, para ver até que ponto não seremos corresponsáveis pela idéia negativa que existe em nossa sociedade em relação aos povos indígenas. Trabalhamos com as populações que envolvem as famílias indígenas, e temos uma grande responsabilidade na formação da mentalidade das populações com quem vivemos. Estaremos ajudando a criar uma idéia positiva e correta a respeito das populações indígenas, seus valores e seus direitos?

Os índios são os primeiros posseiros das terras brasileiras, desde antes da chegada de nossos pais e avós. E eles têm muita coisa a nos ensinar, principalmente sobre o modo evangélico de amar e trabalhar a terra e o modo de viver junto com os outros. Não seria por isso que desejamos liquidá-los, por terem um modo de viver e amar a natureza que vai contra o nosso, cheio de individualismo, dominação e exploração?

Em segundo lugar, nós precisamos colaborar para que os camponeses sem terra ou com pouca terra, que são mais de 11 milhões de famílias, descubram que a causa os índios, na luta pela defesa da sua terra, é



a sua causa. Eles também têm direito à terra, precisam conquistá-la. O inimigo é o mesmo: o dinheiro que compra as terras, os poucos ricos que cada dia têm mais terra. Precisamos evitar que os camponeses sejam usados pelos fazendeiros para tirar a terra dos índios. O correto é que os camponeses exijam que a terra, na mão de tão poucos proprietários, seja distribuída com justiça.

Além disso tudo, queremos deixar claro que os órgãos públicos: FUNAI E INCRA, não são inocentes nestes crimes acontecidos, pois a eles cabia a tarefa de resolver o problema a tempo, e resolvê-lo bem e não pela metade. Neste sentido, queremos deixar claro, e gostaríamos que todos os brasileiros fizessem o mesmo, que só acreditaremos nas promessas feitas pelos responsáveis da FUNAI e INCRA quando os fatos mostrarem claramente que não estavam falando apenas para acalmar a consciência nacional, revoltada diante dos acontecimentos.

Por fim, estamos certos de que nenhuma solução será possível se não for feita uma mudança geral, uma transformação da estrutura agrária. E isso só é possível se for decidida e encaminhada uma radical Reforma Agrária, não só na Amazônia mas em todo o País. Não passa de esforço ridículo querer resolver problemas isolados quando a política agrária favorece a implantação de grandes propriedades, nacionais e estrangeiras. Não é um absurdo ter de imaginar as coisas assim: só serão resolvidos os problemas nas áreas em que houver tensões, brigas, mortes?

A raiz dos problemas envolvendo posseiros e donos de terra, ou grileiros, em todo esse País, é a mesma que nós descobrimos no acontecido em Meruri: a ganância pela terra contra a consciência de que os que ficam sem terra, no Brasil, estão condenados a uma morte lenta, fato amplamente comprovado pelas condições de vida e trabalho dos bóias-frias e dos índios já "integrados". O povo está resistindo e disposto a morrer para conseguir seu direito à terra. É isto que está acontecendo em Arenópolis, no Mato Grosso, na PA 70, Parã, em todo o Maranhão, no Paraná e em todo o Brasil. Quando será que os donos do capital e das terras reconhecerão este direito? Quando será que a política nacional será definida e executada levando em conta as necessidades de toda a população, e não só de uma minoria?

Que este sangue derramado não seja inútil. Depende de nós que ele não seja inútil. Se ouvirmos o grito que ele representa, se a partir daí nos unirmos para construir uma sociedade justa, fraterna, isto é, uma sociedade verdadeiramente humana e democrática, então a morte desses irmãos terá tido seu significado de libertação. Que todos respondamos positivamente a este apelo.

Goiânia, 1º de agosto de 1976

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA



Reforma Agrária:

UM GRITO DOS CAMPONESES CONTRA O LATIFÚNDIO

Este texto, mesmo um tanto longo, faz parte do depoimento do Presidente da CONTAG, José Francisco da Silva, no encontro promovido pela Fundação Milton Campos sobre "O HOMEM E O CAMPO", junho de 1976. A riqueza de dados, que fundamentam a firmeza da posição tomada, é o que nos leva a apresentá-lo aos leitores. Desse modo cremos que melhor poderemos "colaborar com entidades que lutam pela mesma causa", como pede uma das conclusões do Encontro de Goiânia, junho de 1976. Procuramos simplificar um pouco as palavras para que todos possam entendê-las.

ESTRUTURA AGRÁRIA BRASILEIRA

Temos sentido, mais do que nunca, nos últimos anos, o estrangulamento de nossa estrutura agrária. Podemos dizer que ela é responsável pelas migrações internas, marginalização, desemprego e até dos sérios conflitos nascidos da luta pela posse da terra. O número de famílias sem terra vem aumentando a cada ano. Essas famílias tomam necessariamente o rumo das cidades. Estas não conseguem oferecer trabalho a essa mão-de-obra não qualificada que nelas vai buscar a sobrevivência individual e familiar.

Para que possamos ser melhor compreendidos, vejamos, em primeiro lugar, como se situam os trabalhadores no campo, por meio de dados do Recadastramento feito pelo INCRA em 1972.

Somos cerca de 1 milhão e 200 mil assalariados permanentes, mais de 6 milhões de assalariados temporários, perto de 500 mil parceiros e arrendatários, 500 mil posseiros e 2 milhões e 400 mil minifundistas, num total de mais de 11 milhões de famílias de trabalhadores rurais.

Se cada família tiver 5 pessoas, teremos mais de 50 milhões de brasileiros

vivendo do campo e no campo.

Essas famílias representam o número de trabalhadores sem terra ou com terra insuficiente. Notamos um grande número de assalariados temporários em comparação com o número de assalariados permanentes, parceiros, arrendatários, posseiros e pequenos proprietários. Isto significa mais gente sem terra, menos segurança, menos poder de barganha e de decisão sobre sua vida e trabalho, trilhando o caminho certo do aumento das tensões sociais.

Pelo mesmo Recadastramento do INCRA podemos ver que os minifúndios são 72% do total das propriedades rurais, mas ocupam apenas 12% de toda a terra cadastrada: as empresas rurais representam menos de 5% dos imóveis, ocupando 10% da área. Do outro lado, temos os latifúndios por exploração: 23% das propriedades, mas ocupam 73% da área. E, finalmente, os latifúndios por dimensão: uma baixíssima percentagem de 0,005% dos imóveis, ocupando quase 5% de toda a área.

Simplificando, 70% dos proprietários rurais são minifundiários ocupando 12% da área, enquanto 24% são latifundiários e ocupam quase 80% da área



cadastrada. A diferença é ainda mais grave quando notamos que menos de 1% dos proprietários possuem mais de 40% da área cadastrada.

CONSEQUÊNCIAS

Somos um país continente, rico em recursos naturais, fundamentais dentro de um mundo em crise, onde se fala de falta de matérias-primas, de alimentos e até de oxigênio. No Brasil há muita terra, fértil, e existe muita mão-de-obra disposta a fazer crescer este setor da produção.

Mas como levar adiante esta disposição, se quase 80% das terras estão nas mãos de poucos grandes proprietários? E muitas dessas propriedades são latifúndios improdutivos, que impedem o avanço do desenvolvimento, que emperram o processo de aumento da produção e da produtividade. E, infelizmente, é o latifúndio improdutivo responsável por mais de 70% milhões de hectares de área aproveitável, sem qualquer exploração, sem qualquer destinação econômica (INCRA 1972).

Tomando-se, agora, o valor da produção da área realmente explorada nos latifúndios, pode, à primeira vista, parecer que pelo menos estejam respondendo ao apelo de aumento da produtividade necessária ao crescimento do setor. Isso, porém, não acontece. A produtividade média do latifúndio por exploração é de Cr\$ 73,00 por hectare e a do latifúndio por dimensão ainda menor - Cr\$ 47,00 por hectare -. Bem menor, portanto, que a produtividade média do País - Cr\$ 143,00 por hectare - e até mesmo dos minifúndios - Cr\$ 240,00 por hectare, que é de 3 a 5 vezes maior que a do latifúndio, isto a preços de 1972 (INCRA).

Finalmente, se poderia querer dizer que o latifúndio ocupa mais mão-de-obra agrícola. Novamente estaríamos errando. O próprio presidente do INCRA, em sua exposição na CPI do PROTERRA, admitiu que "os imóveis com área menor de 100 hectares, e principalmente os minifúndios, são os que mais ocupam mão-de-obra no campo. A participação dos latifúndios é quase insignificante, dadas as proporções de pessoal ocupado e área explorada".

E, com efeito, os dados do INCRA, de 1972, indicam que nos minifúndios existe uma pessoa ocupada para cada 8 hectares; nas empresas rurais, uma pessoa ocupada para cada 15 hectares; nos latifúndios por exploração, uma pessoa ocupada para cada 58 ha. e, finalmente, nos latifúndios por dimensão, uma pessoa ocupada para cada 9.600 ha.

Assim, as relações HOMEM/TERRA apresentam de um lado poucos grandes pro-

prietários amarrados à atrasada filosofia de que "quem tem terra tem poder" e, de outro lado, milhões de trabalhadores rurais marginalizados econômica, social e culturalmente, com pouco ou nenhum poder de barganha sequer para lutar pelos seus direitos.

Começando pelos minifundistas, que tem pouca terra para ocupar a mão-de-obra familiar, o que notamos é que pouco aproveitam dos programas oficiais de desenvolvimento agrícola. E são pressionados pelos grandes proprietários para os quais, muitos, terminam vendendo seu pedacinho de terra. Explorados pelos intermediários que compram a produção por baixíssimos preços, têm, finalmente, de se sujeitar ao trabalho assalariado, como forma de completar a renda familiar necessária à sua subsistência.

Os posseiros também detêm a posse de uma pedaço de terra, conseguida a duras penas, a partir da migração. Buscam e encontram a terra virgem e aí pensam estara salvo das perseguições e injustiças de outrora. Não possuem título de propriedade, apenas as benfeitorias que realizam. Mas a valorização das terras, principalmente pela abertura de estradas e pelos incentivos fiscais, atrai a especulação imobiliária, a ganância pela posse de grandes extensões de terra. E o primeiro a ser atingido é o posseiro. As grandes empresas preocupam-se em ter áreas limpas. Assim, seja através de medidas judiciais, seja através de métodos violentos, conseguem sempre seu intento. Saem, então, os trabalhadores a procura de novos destinos, no máximo com uma pequena indenização pelas benfeitorias construídas em anos de trabalho.

Quanto aos assalariados, devem submeter-se ao descumprimento das leis, a viver em condições infra-humanas para não perderem o emprego, reclamando seus direitos na justiça (quando reclamam) só depois da demissão. Isto sem contar as dificuldades no campo da justiça, especialmente da Justiça do Trabalho, por causa do pequeno número de Juntas existentes.

Tem gente que culpa a legislação trabalhista rural pelo grande aumento de trabalhadores boas-frias, esquecendo-se da natureza estrutural do problema. Acontece que os grandes latifúndios consideram-se com poder suficiente para não cumprir a legislação, adotando formas de trabalho que melhor atendam aos seus interesses de maior lucro.

A falta de cumprimento da legislação é a nota forte de nossa estrutura agrária. E não somente a legislação trabalhista, mas também a legislação agrária, de finida no Estatuto da Terra e legislação complementar. Basta ver as exigências de proprietários tanto na partilha dos frutos da par-



ceria, quanto nos altíssimos preços do arrendamento. Podemos afirmar, sem medo de errar, que as exigências do Estatuto da Terra, nos contratos de parceria e arrendamento, são, ainda, um ideal a ser alcançado no campo.

AS TENTATIVAS DE SOLUÇÃO

Mesmo que nossa estrutura agrária tenha nascido da Colonização e seus resultados venham sendo discutidos desde a época da Independência, é só na década de sessenta que a análise do problema, com vistas à solução, toma maior impulso.

Em 1964 é criado o Estatuto da Terra - Lei nº 4.504, de 30.11.1964, considerado revolucionário no campo das legislações agrárias latinoamericanas. Dele nasceu todo um corpo legal que, apoiado na Constituição Federal, forma o mais novo ramo de Direito brasileiro - o Direito Agrário.

Ao Estatuto da Terra seguiram-se Decretos, Portarias e Instruções reguladoras da matéria, ao tempo em que eram criados o IBRA e o INDA, um órgão para executar a Reforma Agrária e outro para o Desenvolvimento Agrícola. O IBRA nasceu diretamente ligado à Presidência da República, tendo recursos próprios por causa da grande responsabilidade de executar a transformação da estrutura agrária, ou seja, desencadear o processo de Reforma Agrária no País. Mas a tarefa não era das mais fáceis e, assim, vimos o IBRA, em 1967, descer da posição executiva para ficar dependendo do Ministério da Agricultura, perdendo assim a força e poder de decisão que tinha no início.

Já em 1968, ficou clara a necessidade de uma revisão do trabalho encaminhado pelo Instituto. A missão da FAO, que aqui trouxe elementos muito por dentro no campo da Reforma Agrária, em muito ajudou nesta tarefa. Partindo da idéia que uma Reforma Agrária se mede pelo número de famílias assentadas e, considerando os que podiam ser beneficiários da Reforma Agrária, em 1968, a FAO marcou que no Brasil precisava assentar 250 mil famílias por ano, para atingir a meta de 5 milhões de beneficiários em 20 anos. Estamos em 1976, longe de alcançar o número de assentamentos sugeridos pela FAO. Para termos uma idéia, o INCRA, em 12 anos de existência, expediu apenas 72 mil títulos de propriedade (fonte=INCRA/75). E entre esses, é bom lembrar, estão incluídos os títulos dos programas de colonização e legalização de posses nas diversas regiões do País, sendo em número bem menor os assentamentos feitos a partir de desapropriação.

A partir do II Congresso Nacional de Agropecuária, em 1968, foi criado o Grupo Interministerial de Reforma Agrária, presidido pelo Ministro da Agricultura, de-

le participando outros Ministros, além da Confederação de Trabalhadores e de Empregadores Rurais. A consequência mais importante dos debates realizados foi a decretação, em 25.04.69, do Ato Institucional nº 9, estabelecendo que "... a União poderá promover a desapropriação da propriedade rural, mediante pagamento de justa indenização, fixada segundo critérios que a lei estabelecer, em títulos especiais da dívida pública, com cláusula de exata correção monetária, resgatáveis no prazo mínimo de vinte anos".

Estes preceitos foram incorporados à Constituição, através do art. 161 da Emenda nº 1, de 1969.

Mas a justiça e força da lei se contrapõe o fraco poder de decidir do órgão executor da Reforma Agrária - o INCRA, e não somente nas suas responsabilidades em relação à Reforma Agrária, mas até mesmo quanto à sua competência de fiscalização dos contratos agrários.

Assim, concretamente, apesar de termos todo um instrumental legal e institucional, vemos que o Estatuto da Terra ainda não foi cumprido.

CONCLUSÃO

Os problemas estão na nossa frente: o pequeno arrendatário pagando preços altíssimos de arrendamento e os prazos contratuais mínimos de três anos não são cumpridos. Os parceiros sendo quase sempre "falsos parceiros", no caminho certo de serem assalariados temporários. As percentagens quase sempre na meia (apesar de receberem somente a terra nua), e o prazo marcado por lei não é obedecido. Os posseiros sendo expulsos, os assalariados vendo ameaçados seus direitos adquiridos por lei, os minifundistas sentindo as dificuldades de entrar nos programas de política agrícola existentes.

A resposta ao problema, em termos práticos, limitou-se a programas regionais ao estilo do PROTERRA, que nós analisamos em outras oportunidades. Nelas indicamos como estava contra o espírito reformista do Estatuto da Terra a legislação complementar, pois se voltava a indenizar em dinheiro. Além disso, nos 4 anos de existência, não conseguiu modificar os sistemas de posse e uso da terra nas regiões em que devia agir. Outra resposta tem sido a elaboração de projetos de lei buscando reformular a legislação trabalhista rural naquilo que ela tem de mais positivo, como por exemplo, a prescrição bienal a partir não da violação do direito, mas da cessação do contrato de trabalho.

Mas nós, representantes da classe, entendemos que se o problema nacio-



nal agrário é estrutural, apenas transformações estruturais podem resolvê-lo definitivamente.

Criar novas leis sem que tenham sido as outras cumpridas, apenas desgasta o Poder Executivo e o Legislativo e gera a descrença em sua eficácia.

Defendemos, pois a REFORMA AGRÁRIA como a grande medida que transformará o quadro agrário nacional e, em consequência, as condições sócio-econômicas do HOMEM e do CAMPO. E fazer Reforma Agrária quer dizer aplicar o Estatuto da Terra, o Ato Institucional nº 9, os decretos regulamentares e a legislação trabalhista rural (Lei nº 5,889/73 e regulamento). Eis aí o suporte legal, ligado ao grande suporte institucional que é o INCRA, como seu órgão executor e fiscalizador.

O processo deve ser desenca-

deado nacionalmente, embora deva atender às características regionais... Seu grande fundamento social é o assentamento massivo de famílias de trabalhadores, seja através de propriedade familiar, multifamiliar ou cooperativa, criando-se milhares de novos empregos, numa média de 4 por família e, finalmente, redistribuindo renda, poder e direitos.

A partir da decisão política necessária ao desencadeamento da Reforma Agrária, é fundamental ligar novamente o INCRA à Presidência da República, tornando mais rápidos os processos de desapropriação, discriminação e titulação de terras, logo seguido de todas as medidas indispensáveis ao aumento da produção e produtividade ...

(Seguem algumas sugestões práticas, que deixamos, para não ser longo demais este Documento).

" PARA NÓS, É UMA OBRIGAÇÃO DE FICAR JUNTO AOS LAVRADORES E COM ELES CAMINHAR, SOBRETUDO NESTA HORA DE APERTO MAIS DECLARADO. O GRITO E OS SOFRIMENTOS DOS LAVRADORES É COMO SE FOSSE UM CHAMADO, PARA NÓS NOS CONVERTERMOS. O NOSSO COMPROMISSO DE CRISTÃOS NOS LEVA A LUTAR COM ELES PELA TERRA E POR TUDO AQUILO QUE POSSA TORNÁ-LOS MAIS HOMENS. ESTÁ CLARO QUE TAL COMPROMISSO TRAZ CONSEQUÊNCIAS, EM TERMOS DE TRABALHO, DIFICULDADES E INCOMPREENSÕES. PORÉM, ESTAMOS CERTOS DE QUE AÍ É O NOSSO LUGAR, NA LUTA CONTRA UM MUNDO DE DOMINAÇÃO E PARA CONSTRUÇÃO DE UM MUNDO DE IRMÃOS".
(do relatório do encontro da CPT do Pará.

CARTA PASTORAL DE DOM JOSÉ DE CASTRO

Apresentamos aos leitores esta carta, na certeza de que seu valor está no fato de provocar comunicação e apoio entre as Igrejas do País, além de ser um convite para que todos enfrentemos o problema dos camponeses do Brasil.

Há mais de quinze anos, o Espírito de Deus me escolheu, apesar da minha indignidade, para ser o Pastor da Igreja de Propriá. O povo de Deus, confiado aos meus cuidados pastorais, está espalhado pelos 25 municípios que formam o que se chama oficialmente - a Diocese de Propriá. Ao longo do São Francisco, ela vai do extremo norte de Sergipe, no município de Canindé do São Francisco até a Ponta do Cabeço, no município de Brejo Grande. Juntamente com os sacerdotes, os religiosos e os leigos engajados nos ministérios especiais e no apostolado em geral, tenho procurado

evangelizar, na medida do possível, todos os nossos diocesanos, sem exceção de ninguém. Estamos certos de que esta é a vontade do Pai que está nos céus.

Mas ressoam ainda nas páginas do Livro Santo as palavras do Profeta Ezequiel, Capítulo 34, que se podem tomar como se fossem dirigidas para nós, já aplicadas ao caso particular do Bispo Diocesano.

*" Vai cuidar do meu povo, o meu rebanho
Vai tratar das ovelhas magras ou feridas
Fortalecer as fracas e doentes.
Vai procurar também as ovelhas perdidas
Vai cuidar do meu povo, o meu rebanho.*

*Por falta de Pastor está entregue às feras
quer nas praias do mar, quer nas margens do rio
no agreste, no sertão, nas roças e povoados
nos casebres de taipa ou nas choças de palha.
Vai cuidar do meu povo, o meu rebanho ".*

SITUAÇÃO

DO

NOSSE

HOMEM

DO

CAMPO

Todos concordarão por certo em que não estarei dizendo no vidades, afirmando que a vida do homem do campo se torna cada vez mais apertada entre nós. Se há benefícios que trazem certa tranquilidade para os velhos, é substancialmente a mesma que antigamente, senão pior, a situação dos camponeses jovens ou de idade adulta.

Tornam-se cada vez mais raras as terras de plantação. O capim vai invadindo as terras férteis para a agricultura. Até os pobres passaram a preferir o plantio do capim em suas poucas tarefas. Elas se valorizam mais, quando transformadas em pasto. Podem ser arrendadas para pastagem e, no caso de venda, vão dar melhor preço que se fossem plantadas de feijão, de milho ou mandioca.

As diárias do trabalhador rural não compensam seu esforço, mesmo se de acordo com a Lei. E são ainda muito numerosas entre nós as fazendas que pagam diárias abaixo da Lei: Cr\$ 8,00 para homem e Cr\$ 5 para as mulheres.

Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, cuja finalidade principal deveria ser a defesa dos direitos do homem do campo, tem receio de pleitear o pagamento do salário justo, por que a Diretoria teme ser considerada.

Municípios, como o de Própria, não conseguem organizar seu Sindicato Rural. Diga-se melhor: reorganizar, porque, em Própria, ele já foi fundado nos idos de 1963. Várias datas já foram marcadas para essa reorganização oficial, mas sem resultado positivo. Ultimamente, com a data marcada pela FETASE, os camponeses se reuniram em grande número, no local determinado. Esperaram longas horas pela FETASE. Seus elementos não só não compareceram, como também não explicaram aos camponeses a razão de sua ausência. O que haverá por detrás de tudo isso?

ESCRAVIDÃO

QUE

PERMANECE

Ainda vigora o sistema da meação. Costume que vem de longe reconhecido por todos como um regime de exploração. O meiro é enganado na medida e no peso. Nada ou quase nada fica para o sustento da família.

Muitos que trabalham anos nesse regime, ao serem despachados pelo proprietário, saem sem nenhuma indenização pelo tempo de serviço.

Fora da área agrícola, poucos tomam conhecimento dessa tragédia. O homem do campo, acostumado a sofrer calado, continua curtindo calado as injustiças de que é vítima.

A farinha de mandioca, alimento indispensável na mesa do pobre, subiu a um preço nunca imaginado, depois que foi a-



NAS ZONAS DA IRRIGAÇÃO

nunciada a fabricação de álcool de qualidade, tirado da mandioca. Carne de gado, há muito que o pobre não a come.

Nas áreas destinadas à irrigação e que já passaram e vão passar para a propriedade da CODEVASF (Companhia do Desenvolvimento do São Francisco), a coisa não vai melhor. Quanto à indenização aos proprietários das várzeas de Propriá, Cedro e Talha, o Supremo Tribunal Federal acaba de reconhecer que ela foi injusta, dando, como deu, ganho de causa e quatro proprietários que, tendo recursos, entraram com um processo contra a CODEVASF. Vão receber mais do que o valor que a Companhia lhes queria dar...

No Betume, município de Neópolis, os trabalhos de irrigação tiveram início no começo do ano. Muitas famílias, recebida a indenização imposta, tiveram de procurar rumo. Não lhes foi apresentada, na prática, outra alternativa para o momento. Sem trabalho e sem plantações, centenas de famílias ficaram a sofrer fome como nunca em sua vida.

O certo é que, até agora, a irrigação tem criado mais problemas sociais do que os que existiram antes. Pois agora os pobres não têm peixe, nem trabalho, nem terra e muitos nem água. São vítimas do desenvolvimento.

Os que interessam por essas famílias são apontados como subversivos.

CONCLUSÃO

Diante desse quadro triste, que todos aqui conhecem, inclusive as autoridades, que resta ao homem do campo de nossa Diocese de Propriá?

1. Não desanimar. Não achar que a situação do homem do campo é sem remédio.
2. Confiar na força da união e guardar a esperança de melhores dias, na certeza de que Deus não quer a exploração de ninguém.
3. Ter em vista que seus direitos precisam ser respeitados
4. Insistir para que os Sindicatos Rurais se tornem organismos de defesa desses direitos.
5. Ter coragem de se abrir com as autoridades, tornando-as cientes de seus problemas.
6. Só aceitar quando for o caso, uma indenização realmente justa, pelas casas, terras e benfeitorias desapropriadas. Exigir também a indenização pelo tempo de serviço, como trabalhador rural ou como meeiro no sistema geralmente em voga.

De minha parte, lanço um apelo aos responsáveis por esta situação. E o faço, de público, para que, daqui para o futuro, não se repitam os erros que foram cometidos até o presente.

Não é possível que o desenvolvimento tenha de se fazer às custas do pobre homem do campo.

MANDAMENTO - Que esta carta Pastoral seja lida e comentada, ao menos uma vez, nas missas do domingo mais próximo do dia do seu recebimento. Seja também lida e comentada nos Povoados e nas reuniões dos Leigos.

Propriá, 8 de junho, Dia de Pentecostes - 1976

Dom José, Bispo de Propriá

BRADO DE DOM JOÃO MOTTA: "terra à vista"

... Terra à vista! Depois, pés na terra.

A implantação dos pés na terra marcava o início de uma série de implicações, de toda ordem que vão se agravando numa escala crescente até hoje e... até quando?

... O brado de hoje é bem diferente e desumano: TERRA NA VISTA'... Assim se tenta cegar o lavrador, pobre e indefeso em face dos direitos que a própria Lei (por exemplo o Estatuto da Terra) lhe assegura. Apesar da terra na vista, a terra continua à vista. E muita terra...

" Gigante pela própria natureza ".

Não se pode entender que se maltrate, que se ludibrie, que se tanja o lavrador (parece que o homem virou boi!) e até que se mate o coitado, por causa de terra, na Terra-Gigante - a Pátria, Mãe de todos.

...A mim, pessoalmente, causa-me indignação saber do vil expediente das denúncias contra o lavrador que ouse falar dos seus direitos previstos na Lei.

Esta ousadia que lhe é garantida, é por vezes taxado de subversão. E em nome da "subversão" começa o itinerário, longo e cheio de sofrimentos, que vai da "detenção para averiguações" até o cortejo triste de famílias inteiras arrancadas das terras onde nasceram, criaram-se e cultivaram honestamente.

Cortejo sem destino certo, mas certo na direção dos sete palmos "única parte da terra que lhe cabe do grande latifúndio".

De indenização nem se fala...

Interessante ou desinteressante é que as leis de proteção aos rurícolas, não são muito respeitadas.

Não seria o caso de se criar um órgão especial de defesa do lavrador?

O nosso lavrador não só ignora a Lei, como não tem condições financeiras de se defender.

Aos seus Sindicatos, na maioria dos casos, faltam condições financeiras e outras condições...

Como Pastor, sinto o grande dever de bradar em favor daqueles que não têm, ordinariamente, nem vez nem voz.

(" Boletim Auquidiocesano", São Luiz MA. 15.07.76)

" Antes eu acreditava numa solução da Justiça. Mas agora já vi que estamos diante de um impasse. Só nos resta denunciar aos quatro ventos para ver se alguém se interessa pela causa dos posseiros. Tem muita gente comprometida, e fui muito ingênuo ao pensar que havia alguém com bons propósitos ".

(D. Henrique Froehlich, bispo de Diamantino, MT, falando do caso dos posseiros de Afonsos, ainda presos)

Notícias e comentários

ACONTECIMENTOS DE DOVERLÂNDIA, GOIÁS

Os responsáveis pelo trabalho de evangelização do município de Caiapônia, Goiás, da Prelazia de São Luiz de Montes Belos, enviaram um relatório contando o que aconteceu em Doverlândia. Caiapônia tem uma área de 1.053.682 hectares. Os latifúndios ocupam 889.961 hectares (INCRA, 72). O distrito de Doverlândia "leva este nome por causa do líder político que enriqueceu às custas das terras e colheitas que foi tomando dos lavradores. Hoje mantém o povo em completa dominação, aproveitando-se de sua inconsciência".

Dois padres e duas religiosas estavam visitando as famílias do patrimônio, olhando e conversando sobre a situação da vida do povo. Todos os dias as famílias visitadas eram convidadas para uma reunião a ser feita à noite. Na última noite deveria acontecer uma assembleia do povo.

"Fomos impedidos de fazê-lo, conta o relatório, porque um grupo de homens armados, comandados pelo chefe político da cidade, que se proclamou dono do Patrimônio e da Igreja de Doverlândia: nos obrigou a sair imediatamente "antes que aconteça coisa pior".

Este acontecido não levou e nem deve levar ao desânimo. Mais correto, como ficou bem claro no relatório, é aproveitar esta oportunidade para descobrir ainda a melhor o valor da evangelização em um mundo dividido por interesses como o nosso.

"Quando o Evangelho é projetado com toda sua força sobre um povo e uma situação determinada, logo o homem toma posição: ou aceita, provocando nele a conversão e a mudança de comportamento, ou recusa, passando então a defender pela força seus interesses e compromissos. Enquanto ficamos acariciando a superfície das coisas, acabamos sempre fazendo o jogo da anti-História e nos tornamos o inimigo de nossa própria causa".

Por fim, sabendo que situações de opressão como esta de Doverlândia existem em toda a parte, achamos muito oportuna a questão levantada no final do relatório: "Por que só em algumas áreas do país surgem essas situações conflitantes, quando a realidade de opressor-oprimido é a mesma?... Será que a nossa Pastoral não continua sendo um discurso de ricos feito a pobres?... Até que ponto o apelo da Igreja do Concílio, a "Igreja pobre", foi escutado?"...

Trabalhar no sentido de que os pobres, lavradores ou desempregados, do nosso interior, tomem conhecimento dos seus direitos legais, e se unam para enfrentar os problemas de sua vida, será um crime? Será isto subversão? E se esse trabalho é legal, defendido pela Constituição, os subversivos não serão os que tentam impedi-lo só para garantir seus interesses, esses sim muitas vezes ilegais e desumanos? Quando será que as autoridades começarão a defender verdadeiramente os direitos do povo?

LUTA PELA TERRA NA PA-70, EM PARAGOMINAS, PARÁ

No dia 3 de julho deste ano, numa luta entre posseiros e o fazendeiro norte-americano Davis e seus dois filhos, morreram os dois últimos e o pai, não resistindo, aos ferimentos, morreu também, alguns dias depois. Nenhuma informação segura sobre quantos posseiros morreram.

Por que aconteceu isto?

"Dava para prever que o caso iria acabar assim", escreveram vários jornalistas. "Davis construiu seu latifúndio

em 1966, ao adquirir 25 glebas não totalmente demarcadas e já ocupadas por várias famílias de posseiros; naturalmente, jamais haveria paz, e da discussão sobre a legítima propriedade dessas terras começou a germinar, lentamente, o sangrento desfecho do dia 3" (VEJA, 14.07.76.29).

"De fato, continua a mesma revista, os choques iam se acumulando ao longo dos anos. Paulo Macedo Medeiros, presidente do Sindicato dos Trabalhadores ru-



rais de Paragominas, mostra fotos de um relatório enviado ao INCRA, em Brasília, para acusar a Capaz (nome da fazenda de Davis) de incendiar as casas dos posseiros. Por quatro vezes, denúncias foram levadas à delegacia de Belém".

Depois disto, sem que providências fossem tomadas para resolver o problema, Davis "resolveu ainda fechar uma estrada de seis quilômetros que os lavradores construíram para ter acesso à PA-70, impediu que eles se servissem da única fonte de água existente na área e cercou suas lavouras com arame farpado. Os lavradores que tentassem furar essas barreiras eram presos e ameaçados de morte... (O Liberal, de Belém, 6.07.76. pág 5).

Em janeiro, sem água e sem poder chegar às suas terras, onde plantam arroz, feijão e milho, além de criar 130 cabeças de gado, eles já temiam a expulsão. Por isso, prometeram reagir. Dia 3 foi esse dia.

O caso está claro. Mesmo sem ter dados exatos sobre o tamanho da fazenda (VEJA diz que, oficialmente, ela tinha 103.000 hectares, mas extra-oficialmente Davis era acusado de explorar madeira em mais de

250.000 hectares!), e por isso sem saber exatamente o número de posseiros prejudicados (90 ou 238 famílias), está claro que houve grilagem, mais claro ainda que havia muitos moradores com mais direito à terra que o Sr. Davis, bem provado também que eles procuraram os caminhos legais para resolver o problema, enquanto o Sr. Davis usou o que é proibido por lei.

O que chama atenção é o fato de que agora sim, por ter morrido o fazendeiro e seus filhos, as autoridades estão lá procurando os "culpados". Por que não apareceram antes? Somos levados a concluir que para as autoridades os pedidos dos pobres brasileiros não merecem muita atenção, enquanto se procura defender logo um rico fazendeiro norte-americano. Quando será aplicado o ESTATUTO DA TERRA, a legislação agrária? Como podem as autoridades querer que o povo confie nelas se elas agem assim?

Só resta esperar que os posseiros não desaminem e continuem unidos, até alcançar a vitória, isto é, que toda a região seja libertada dos grileiros e grandes fazendeiros para que os milhares de posseiros possam viver e ser felizes.

PROBLEMAS DE POSSEIROS NO RIO GRANDE DO SUL

Ocupando as folhas centrais, o jornal ZERO HORA, de Porto Alegre, publicou, no dia 26 de junho de 1976, uma denúncia encaminhada pelo bispado de Caxias do Sul. A notícia com o título: *ESTÃO AMEAÇANDO DE MORTE QUEM DEFENDE A NATUREZA*, mostra como vivem, ou teimam em viver, os "parceleiros" da chamada Fazenda Velha, em Cazuza Ferreira, distrito de São Francisco de Paula.

São 34 posseiros que lá vivem, esperando, há mais de 20 anos, títulos de propriedade. O que receberam, até agora, foi um "termo de ocupação", dado pelo IBRA, atual INCRA. Essa autorização de posse proíbe e proíbe os "parceleiros" a exploração das essências florestais (não podem cortar árvores) existentes, mas reserva ao INCRA o direito de mantê-las e explorá-las com bem entender.

O INCRA passou o direito de exploração à Madeireira Gaúcha. Por isso, o desmatamento indiscriminado feito pela Madeireira, como consentimento do INCRA, está sendo a causa de violências cometidas contra os 34 posseiros que ocupam a área. Com a cobertura do guarda do INCRA, Manuel Meireles, funcionários da Madeireira já derrubaram mais de 30 mil pinheiros, não plantando novos pinheiros como a lei manda. Com is-

so, a terra está virando um deserto.

Os posseiros, sem título de suas terras, devem trabalhar como empregados da Madeireira, mesmo sem carteira assinada e sem assistência, para não morrer de fome.

Mas, acusando os posseiros de terem denunciado o desmatamento, a Madeireira cria dificuldades para os mesmos trabalharem. E não só. Com a colaboração do guarda do INCRA, iniciaram pressões, ameaças, pressões, perseguições, com o objetivo de fazer que os posseiros abandonem suas terras.

Essa é a DECLARAÇÃO de José Rodrigues de Athaides, sobre a mais recente agressão: "No dia 11 de maio do corrente ano, voltando de São Francisco de Paula onde tinha ido tratar de minha saúde no hospital, cheguei em Cazuza Ferreira de ônibus, lá pelas 18 horas. Primeiro de carona, depois de a pé, dirigi-me até a Fazenda, onde estou morando. Nesse último trecho de estrada passou por mim um fuca que parou logo adiante. Quando cheguei na curva da estrada fui agarrado pelo Alvorí Leite, capataz da Madeireira Gaúcha, e depois disso o Manoel Meireles me agrediu com um coronhaço na cabeça. O Meireles é o guarda do INCRA. Naquele mesmo instante fiquei desacordado e

quando dei por mim, estava sentindo uma dor muito forte na cabeça, e aí percebi que meu olho esquerdo havia sido vasado. Tentaram também de me convencer de não dar parte às autoridades. Eu disse que não, então o Meireles disse que tinha mais autoridade que o Governador, pois ele é Federal. Fiquei mais de 6 horas com eles. Ouvi eles falarem que queriam pegar junto comigo mais 4 parceiros e atirar todos nós no rio Caí. Tenho 67 anos, nunca trago arma comigo, nem canivete para fazer palheira, mas não é a primeira vez que este guarda pratica banditismo por aqui".

É isso aí: problemas de posseiros do Rio Grande do Sul. É costume dizer que o Sul não tem esse tipo de problema. Será que não existem problemas de terra ou o que está faltando é prestar atenção à realidade? Os Estados do Paraná, Santa Catarina e do Rio Grande do Sul são os Estados em que há maior quantidade de migrantes, 39% isto é, 6,5 milhões de uma população de 16,5 milhões. Bem maior que no Bra-

sil como um todo, onde 32% são migrantes inter-regionais ou intra-regionais. (Ver ESP 13.07.76). E tudo isso poderá ter sua causa na "reconcentração da propriedade da terra", isto é, no fato de que a terra está sendo comprada por uns poucos que tem mais dinheiro e com isso a população vai soando, além de continuarem existindo grandes latifúndios improdutivos.

Esta é a razão porque na VII Assembléia de Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Sul, os lavradores pediram em relatório entregue ao Presidente Geisel, uma Reforma Agrária, com distribuição massissa de terra aos lavradores sem terra ou minifundistas, único modo de sobreviverem com dignidade. (ESP 16.07.76).

Alegre-nos a dizer que a Diocese de Caxias, através de Dom Paulo Moreto, tenha tomado a defesa desses posseiros. Que continue nesta direção e que se exemplo seja seguido por outras igrejas do Sul do País.

MARANHÃO: MAIS UMA PROMESSA OU UMA DECISÃO DO GOVERNADOR?

"Preocupados com os frequentes conflitos pela posse e uso da terra ocorridos no interior do Maranhão, o Governador Oswaldo Costa Nunes Freire, determinou ao seu Secretário da Segurança Pública, que designasse um delegado especial para conter a expansão da violência de diminuir o clima de tensão existente na área de 2,1 milhões de hectares de terra pertencentes à Companhia Maranhense de Colonização, na região sudeste do Estado. Aí se localizam as companhias agropecuárias que tiveram as suas compras de terras junto à COMARCO anuladas pelo Tribunal de Justiça do Estado.

... Segundo um dos mais chegados assessores de Nunes Freire, ele teria dito ao Sargento Luis Monteiro (acusado por todos como o responsável maior pelos maus tratos dos posseiros) que "não quero mais ouvir notícias de violências na área, seja de grileiros contra posseiros, seja de posseiros contra fazendeiros".

... Enquanto se está fazendo a demarcação das terras devolutas do Es-

tado, perto de 2 mil requerimentos de compra de terras, que se encontram em andamento nos departamentos competentes do Estado, ficarão paralizados, o que tem provocado "enormes pressões" dos interessados sobre o Governo, admitiu o assessor. As pressões são exercidas, a maior parte, pelos grupos que pretendem se instalar na área da COMARCO, "alguns deles ligados a ex-ministros, a senadores ou outros políticos de influência por meio dos quais tentam conseguir uma solução que lhe seja agradável".

... Há casos "até de empresas que compraram 25 mil hectares de terra, por exemplo, e agora estão em poder de mais de 50 mil hectares".

Com estes e com os grileiros "o Estado não terá complacência". (Jornal "O Estado de Maranhão" São Luis, 21.7.76).

Nós aguardamos os fatos: eles, só eles provarão o valor dessas palavras. Esperamos que o direito dos posseiros seja respeitado.

PROBLEMAS DOS POSSEIROS DE AFONSOS, MT

Mesmo tendo sido divulgadas algumas notícias de que os posseiros em número de 37 tivessem sido libertados, o que se sabe até o momento é que continuam presos. Foram detidos ainda na primeira quinzena de junho, sob acusação de terem matado o empreiteiro que, em nome do japonês que se dizem proprietários da área pretendiam expulsá-los de suas



terras.

O conflito, como apareceu no relatório no bispo de Diamantino, publicado no Boletim anterior, tem uma história longa. Estranha esta prisão, pois poucos dias antes foi feito um acordo com as autoridades em Cuiabá, no sentido de que ninguém mais molestaria ninguém até que o caso fosse resolvido na justiça.

No ESP do dia 28 de julho apareceu esta notícia: *"representantes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, de Mato Grosso entregaram ontem ao ministro da Justiça e ao Presidente do INCRA um documento pedindo solução para os 37 posseiros que permanecem presos e passando por mais tratos na penitenciária de Cuiabá."*

Um relatório da visita feita pelo Padre Virgílio Uchoa, em nome da CNBB, aparece claramente o reconhecimento do direito dos posseiros em toda esta questão de terras, e disse ser necessário amplo apoio para que a justiça seja vitoriosa.

Resta-nos apenas dizer que é preciso continuar a luta, mesmo que as dificuldades encontradas indiquem o caminho do desânimo. A Federação, a Diocese, o advogado e todos os que apoiam esses posseiros estão defendendo uma causa justa. A dificuldade está em vencer os interesses do lucro aqui representados por esta família de japoneses.

O mais importante, no momento é, apoiar as famílias dessas posseiros, pois elas continuam a ser pressionadas para abandonarem as terras. Só assim estaremos fazendo o que diz o Pe. Isidoro, vigário de Afonso: *"A Igreja não deve apenas dizer a verdade. Temos o dever de fazer a verdade e não recuaremos na defesa dos humildes posseiros"*. (ESP 7.7.76).

PARA ONDE VÃO OS POSSEIROS DO ACRE?

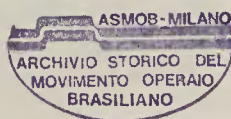
"A polícia Federal iniciou ontem, a retirada dos ocupantes do seringal Catuaba, no Acre. De um total cerca de 300 pessoas consideradas invasoras, já foram retiradas 30, abandonadas logo após na entrada de Rio Branco. A delegacia regional da CONTAG protestou contra a medida e pedirá uma solução para as famílias que ficaram sem terras e sem condições de viver no Estado."

Com metralhadoras, o oficial da justiça Raimundo Simão Alfredo e alguns agentes federais retiraram as famílias em um caminhão dizendo que as levariam à presença do juiz federal Ilmar Nascimento Galvão, de Rio Branco, que expediu a ordem de retirada. No entanto, ao chegar a um posto de fiscalização da Polícia Militar na BR-317, na estrada de Rio Branco, o oficial de justiça mandou que os trabalhadores se dispersassem com ameaça de que não retornassem ao seringal situado no quilômetro 44 na rodovia, pois *"do contrário iriam arrepender-se"* (ESP 29.7.76)

Este é apenas mais um conflito ligado ao problemas de terras no Acre. Segundo relatórios e estudos, o problema agravou-se muito desde que os seringueiros ameaçaram ser considerados legítimos posseiros. Assim, sendo, eles se tornam uma ameaça ao desejo de grandes posses por parte dos grileiros de terras públicas vindos do Sul. Para que não atrapalhem, decidiram afastá-los quanto antes das terras que ocupam.

O resultado, porém, é trágico para estes seringueiros e lavradores: para onde ir? onde trabalhar? como viver?

Mais uma vez os fatos mostram que as autoridades estão mais facilmente ao lado dos grandes. A defesa dos posseiros, apesar da legislação estar a seu favor é muito difícil. Somos por isso obrigados a repetir a mesma conclusão: os problemas dos posseiros, de todos os trabalhadores rurais sem terra e dos minifundistas só serão resolvidos se houver uma decisão política favorável a uma radical Reforma Agrária.



COMISSÃO PASTORAL DA TERRA
(Ligada a linha 3 da CNBB)
Praça D. Emanuel s/n - centro
Caixa Postal, 174
GOIÂNIA - GO.

Milano - Itália
Via Furati 40
CESPI

IMPRESSOS

